

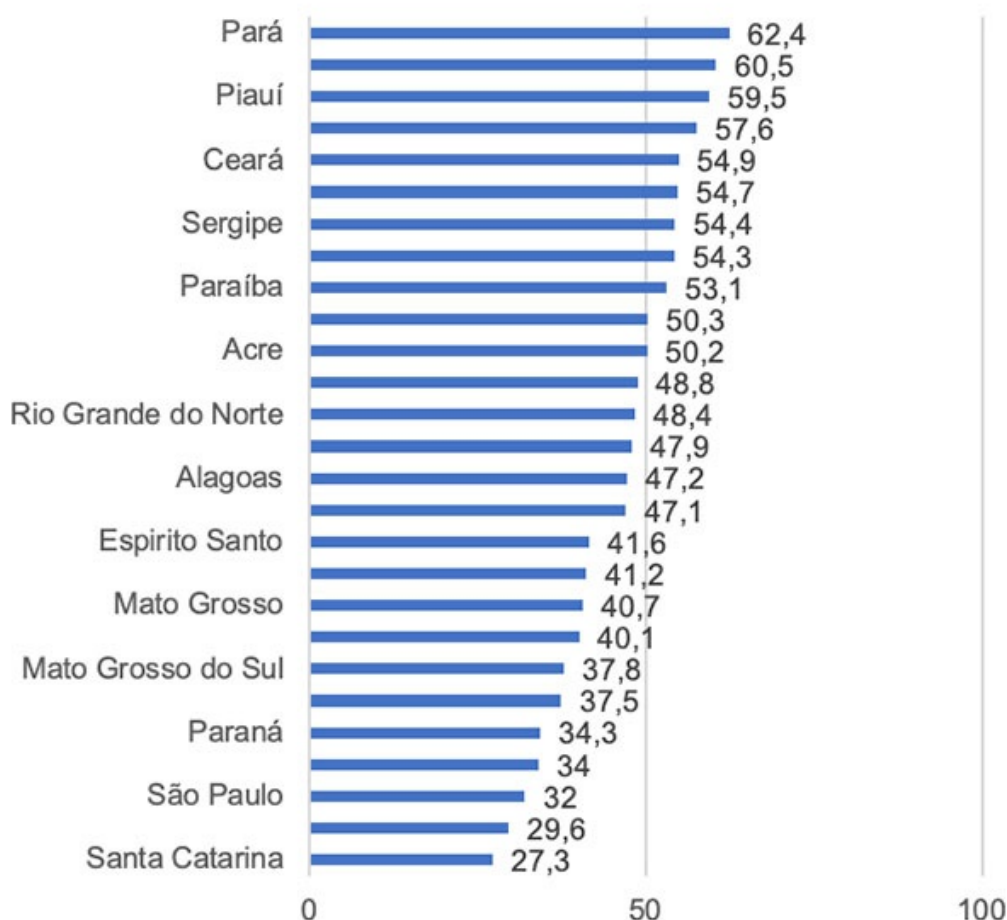
Os impactos do COVID-19 no precarizado mercado laboral brasileiro demandam políticas abrangentes como a renda básica universal

A crise do coronavírus no Brasil se converte em crise econômica, aprofundando e escancarando desigualdades históricas. Com um mercado de trabalho heterogêneo e alto índice de informalidade, a garantia de renda para trabalhadores vulneráveis é essencial no combate à pandemia. Nesse contexto, a renda básica universal ressurge no horizonte de políticas públicas como forma de inclusão e expansão da cidadania, escrevem [Mara Nogueira](#) (Birkbeck, University of London), [Aiko Ikemura Amaral](#) (LSE Latin America and Caribbean Centre) e [Gareth A. Jones](#) (LSE Latin America and Caribbean Centre) como parte de seu projeto “[Engineering Food: infrastructure exclusion and ‘last mile’ delivery in Brazilian favelas](#)”, financiado pela British Academy.

O primeiro caso do novo coronavírus no Brasil foi [divulgado pelo Ministério da Saúde](#) em 26 de fevereiro. Duas semanas antes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia publicado os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD). Realizada trimestralmente, a PNAD mostrou que o setor informal no Brasil somava [cerca de 38 milhões de trabalhadores](#), representando mais de 50% da força de trabalho em 10 das 27 unidades da federação.

Para além do trabalho informal, [pesquisadores da rede de pesquisa solidária](#) estimaram que a recessão gerada pela pandemia pode [afetar até 81% da força de trabalho](#) no país, colocando em condição de vulnerabilidade trabalhadores em posições protegidas por leis trabalhistas e consideradas até então estáveis.

Porcentagem de trabalhadores informais por estado da federação, 2019



Nota: Trabalhadores informais incluem trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregadores sem CNPJ, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiar auxiliares. Fonte: IBGE.

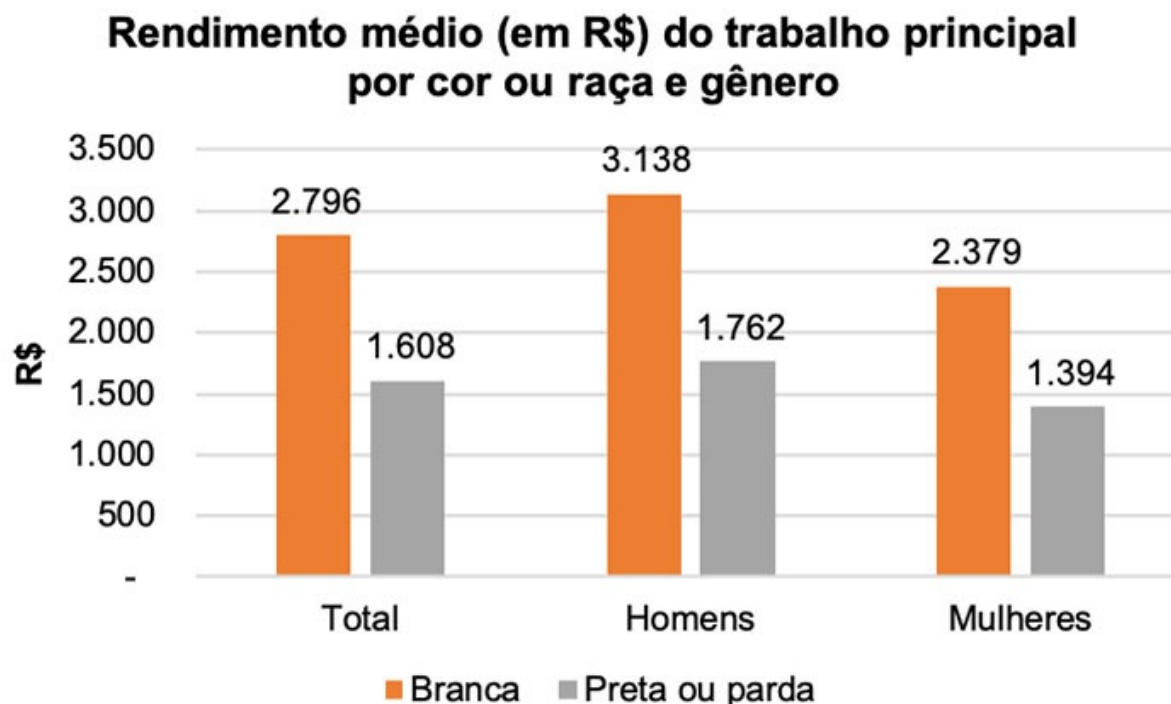
Globalmente, a pandemia vem escancarando os efeitos deletérios da reestruturação global dos mercados laborais. Trabalhadores da chamada “[economia informal](#)” ou da [gig economy](#) sofrem com a escassez de renda gerada pela interrupção de suas atividades ou [correm riscos](#) ao permanecerem ativos em busca da sobrevivência. A pandemia revela o dismantelamento do regime de bem-estar social nos países do norte e suas limitações históricas no sul, onde a cidadania mediada pelo trabalho formal foi sempre excludente.

Governos de vários países vêm criando medidas emergenciais de transferência direta de renda a populações vulneráveis, reacendendo neste percurso debates sobre a renda básica universal como forma de distribuição de riquezas e expansão da cidadania.

Vida e morte na “democracia racial” brasileira

O Brasil é [o sétimo país mais desigual do mundo](#) no que tange à distribuição de renda. Tal desigualdade é representada em um mercado de trabalho heterogêneo e segmentado por raça e [gênero](#), entre outros aspectos.

Pela primeira vez em 2018, a população negra e parda [se tornou majoritária na rede pública de ensino superior](#). No entanto, no mesmo ano, entre brancos e negros com ensino superior completo, trabalhadores negros recebiam em média 45% a menos. Na força de trabalho como um todo, o salário médio das pessoas brancas era 73,9% superior à dos trabalhadores negros ou pardos (R\$1.608). A vulnerabilidade é, portanto, [maior entre negros e pardos](#) que ocupam apenas 29% dos cargos de gerência, sendo também a maioria entre [os pobres](#) e [os trabalhadores informais](#).



Nota: Pessoas com 14 anos de idade ou mais. Fonte: IBGE.

O cenário de desigualdade é exacerbado pela pandemia que mais uma vez dilacera a tese da “democracia racial” brasileira. No Brasil, negros e pardos são a maioria entre os usuários do setor público de saúde e são também desproporcionalmente portadores de doenças como diabetes e hipertensão que podem agravar quadros de COVID-19. Dados mostram claramente a desigualdade racial dos impactos: entre as vítimas graves e fatais, [a maioria é negra ou parda](#).

Os efeitos desproporcionais da doença assim como de suas consequências econômicas em grupos invisibilizados – migrantes, negros, indígenas, informais e pobres – escancaram as desigualdades interseccionais históricas que mediam o acesso à direitos básicos e à cidadania no país.

À espera do “coronavoucher”

No dia 30 de março, o senado brasileiro aprovou o projeto de lei que institui [uma renda emergencial de R\\$600](#) para trabalhadores informais – R\$1200 para mulheres chefes de família – durante os próximos três meses, em resposta à crise causada pelo novo coronavírus. A medida foi [sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro](#) e tem sido chamada pelo próprio governo federal e pela mídia de coronavoucher.

Em fase de implementação, o auxílio está sendo [pago pela Caixa Econômica Federal](#) e é esperado ansiosamente. No grupo “Dignidade Ambulante”, que congrega vendedores de rua e ativistas da cidade de Belo Horizonte no Whatsapp, a discussão e a troca de informações sobre o auxílio é intensa. Transmitida ao vivo pela TV Senado, a votação do último dia 30 foi divulgada amplamente no grupo e até comparada a uma “final de Copa do Mundo” que proporcionaria “a maior audiência” de todos os tempos para a emissora.

A alta expectativa justifica-se pela situação precária de trabalhadores não-assalariados e desprotegidos pelas leis trabalhistas, para os quais [o sustento e o acesso à moradia](#) dependem do trabalho diário nas ruas. Como demonstrou Mara Nogueira no artigo “[Deslocando a informalidade](#)”, as estratégias de vida dos pobres urbanos muitas vezes perpassam diversos tipos de informalidade. O confinamento para essa categoria representa portanto uma extrema queda na qualidade de vida e até mesmo a ameaça real da fome. Nesse contexto, muitos resistem ao isolamento, ecoando o argumento disseminado pelo presidente de que “[O Brasil não pode parar](#)”.

Informalidade e cidadania

A conduta desastrosa de Bolsonaro é alvo constante de críticas dentro e fora do país. O presidente, no entanto, encontra adeptos [entre os trabalhadores da economia popular](#). Historicamente [excluídos da cidadania mediada pelo trabalho formal](#), ambulantes lidam cotidianamente com incertezas e com a repressão do poder público, tendo uma visão negativa do Estado e da classe política associada fortemente à corrupção. No Brasil, com alguma variação regional, a categoria é tratada por governos municipais de forma punitiva através de [políticas públicas higienistas](#) que visam à remoção de ambulantes dos centros urbanos.



Grupos como vendedores ambulantes tendem a ser excluídos de uma noção da cidadania mediada pelo trabalho formal ([Mídia NINJA](#), [CC BY-NC-SA 2.0](#))

Paradoxalmente, a renda emergencial aprovada representaria de certa forma um reconhecimento praticamente inédito, ainda que temporário, de um grupo de cidadãos cuja relação com o Estado nunca foi mediada pela lógica dos direitos. A realidade, no entanto, é que muitos enfrentam dificuldades tecnológicas para acessar o benefício, cujo recebimento é atrelado a um cadastro digital.

A incerteza tornou-se ainda maior após certas categorias (como ambulantes e trabalhadores de aplicativo) terem sido [excluídas do programa](#) pelo governo federal, que apelidou o benefício de “coronavoucher”. Reproduzido pela mídia, o rótulo tem sido [criticado por especialistas](#) por estigmatizar seus beneficiários, associando-os a uma doença e reproduzindo, portanto, a retórica higienista.

Nesse sentido, o rótulo reforçaria uma noção de anormalidade que nega o sentido da cidadania e dos direitos, expressando a ideia de transitoriedade. Nessa acrobacia semântica, o governo tentaria se afastar de debates sobre a pauta história da renda básica universal, reacendidos pela pandemia e pelos prognósticos de arrefecimento e crise econômica aguda no contexto pós-pandêmico.

A renda básica universal em debate

No Brasil, menções à ideia de renda mínima remontam à década de 1970 mas o primeiro projeto de lei apresentado sobre o tema [surgiu em 1991](#). O autor era o então senador Eduardo Suplicy (Partido dos Trabalhadores, São Paulo), talvez o [mais famoso defensor da política no país](#). Aprovada no Senado, a proposta de criação de um [imposto de renda negativo](#) nunca foi votada na Câmara dos Deputados e acabou sendo relegada em um contexto em que a estratégia nacional de combate à pobreza seguiu um caminho distinto.

Na América Latina, [o aumento](#) do desemprego, da pobreza e da informalidade no contexto [pós-ajuste estrutural](#) geraram a necessidade de um “[ajuste social](#)” que ganhou forma nas políticas de [transferências de renda condicionais](#). O Bolsa Família, o maior e mais bem sucedido programa de transferência de renda do país, foi implementado durante o governo Lula (Partido dos Trabalhadores) em 2004.

Aplaudido internacionalmente, o programa atende atualmente [13,5 milhões de famílias](#), colecionando admiradores e críticos. À direita, é criticado como um [programa assistencialista](#) que [estimula a acomodação](#) e, à esquerda, por [não atacar as causas estruturais da desigualdade](#).

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (em milhões)



Fonte: MDS

Críticas semelhantes são feitas à renda básica universal. À primeira vista similar, esta difere das transferências condicionais por ter como objetivo o direito à uma renda mínima individual (e não familiar) incondicional para todos os cidadãos. Tal política garantiria uma maior cobertura da população-alvo ao evitar os erros de exclusão, eliminando o estigma associado aos beneficiários e também a necessidade do aparato burocrático de monitoramento das condicionalidades e, por fim, reduzindo o desincentivo ao trabalho ao desassociar o benefício da renda familiar.

Ironizada no passado como uma política sem possibilidade factível de implementação, a renda básica universal ressurgiu como [medida de enfrentamento da pandemia](#) em vários países, inclusive [nos EUA](#) e [no Reino Unido](#).

Mesmo após o fim das medidas de isolamento social, estima-se que a pandemia provocará uma [recessão global](#). Para o Brasil, o FMI estimou uma [queda de 5,2% do PIB brasileiro](#) para 2020 e um ritmo baixo de recuperação em função de características estruturais da economia. O mundo impactado pela crise é também marcado por um mercado de trabalho reestruturado com níveis crescentes de informalização e precarização, no qual a estabilidade é mais um privilégio do que um direito. As desigualdades e dificuldades cotidianas já existiam em condições normais e foram apenas ressaltadas e aprofundadas pela pandemia.

É urgente restaurar a ótica dos direitos para além do estado de bem-estar social fundado nas relações trabalhistas, enfraquecido e limitado em sua cobertura. A renda básica universal é uma opção de extensão da cidadania para além da formalidade que pode garantir uma estabilidade mínima às pessoas cuja rotina demanda a garantia diária da sobrevivência.

Notas:

- *As ideias expressas neste artigo são dos autores e não refletem a posição do Centro ou da LSE*
- *Este artigo é parte de um projeto em andamento intitulado '[Engineering Food: infrastructure exclusion and 'last mile' delivery in Brazilian favelas](#)', financiado pela British Academy sob seu programa de Urban Infrastructure and Well-Being.*
- *Por favor, leia nossas [Políticas de Uso](#) (EN) antes de fazer comentários*